

Terceira fórmula está em estudos

BRASÍLIA — Técnicos do governo estão estudando uma terceira fórmula — além da rolagem da dívida e do deságio — para reduzir o tamanho do rombo provocado pelas estatais. Pelo mapeamento do relatório Wellisch, as chamadas “dívidas por contrato” no setor público (nome oficial do rombo) seguem caminhos muitas vezes tortuosos. Nem sempre elas se referem a operações entre o setor público e o privado. Em muitos casos, envolvem também empresas estatais e a própria União.

O governo do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, é o agente principal de uma emaranhada teia de relações entre empresas públi-

cas, empresas privadas, União e Estado. A União financiou obras do metrô e espera receber sua parte do governo estadual. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da qual a União é acionista majoritária, deve Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao governo do Rio. Agora técnicos do governo esperam abater parte da dívida da CSN passando o problema ao governo estadual que, por sua vez, se livraria de parte da dívida do metrô.

Em função da complexidade dos endividamentos, o governo enfrenta dificuldades para calcular o tamanho definitivo do rombo das es-

tatais. O que os técnicos do Tesouro já identificaram é que a maioria dessas dívidas envolve a União, as estatais do governo federal e os governos do Rio e de São Paulo.

A terceira fórmula, portanto, pode não apresentar os mesmos benefícios econômicos da rolagem da dívida e do deságio conseguidos no caso da Siderbrás, mas dá ao presidente Fernando Collor um trunfo político. Como o governo federal pretende negociar separadamente cada dívida, os governadores de dois dos maiores Estados do País podem atravessar seu primeiro ano de gestão em penosas negociações com credores ou devedores instalados em Brasília.